



RELATÓRIO ANUAL 2020

EXPEDIENTE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivo Campos Athayde
Presidente

Lúcio de Moura Chaves
Vice Presidente

Marco Antônio Mattar da Silva
Conselheiro Vogal

Jorge Henrique Rego Araujo
Conselheiro Vogal



Elói Fabricio Neiva
Conselheiro Vogal

Israel Tomaz Ferreira
Conselheiro Vogal

Walter Roberto Costa Lima
Conselheiro Vogal

CONSELHO FISCAL

José Nelson Macedo
Coordenador do Conselho Fiscal

Maria de Fátima Magalhães Rocha
Conselheira Fiscal Efetiva

Charles Douglas de Magalhães
Conselheiro Fiscal Efetivo

Jorge Luiz Teodoro
Conselheiro Fiscal Suplente

Leopoldo Lúcio Lotti Vieira
Conselheiro Fiscal Suplente

André Luiz Santos Teixeira
Conselheiro Fiscal Suplente



ONDE ESTAMOS

SEDE

Rua Ouro Preto, 161,
4º andar, Barro Preto

Belo Horizonte – MG
CEP 30170-040

Tel.: (31) 3295-0461

PA FÓRUM – BARRO PRETO

Av. Augusto de Lima, 1549,
AL 177, Barro Preto

Belo Horizonte – MG
CEP 30190-002

Tel.: (31) 3275-4645

PA FÓRUM – RAJA

Av. Raja Gabáglia, 1753,
Térreo (entrada ao lado
do elevador da Torre 2),
Luxemburgo

Belo Horizonte – MG
CEP 30380-457

Tel.: (31) 3972-1858

ATENDIMENTO

Segunda à Sexta - 08h às 18h

 (31) 98792-1332

NORTEADORES	04
MENSAGEM DO PRESIDENTE	05
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	06
PRODUTOS E SERVIÇOS	08
DIA DE COOPERAR	15
CORRIDA DA COOPERAÇÃO	16
FAZER O BEM FAZ BEM	17
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	18
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	22
NOTAS EXPLICATIVAS	32
RELATÓRIO DA AUDITORIA	55
PARECER DO CONSELHO FISCAL	58
GRÁFICOS	59

SUMÁRIO



NORTEADORES

MISSÃO

Proporcionar soluções financeiras com o objetivo de satisfazer às expectativas e necessidades econômicas e sociais dos cooperados.

VISÃO

Ser referência em instituição financeira que propicia, de forma eficiente, segurança, transparência e as melhores soluções econômico-financeiras.

VALORES

- Democracia;
- Ética;
- Excelência no atendimento;
- Igualdade;
- Respeito;
- Responsabilidade social;
- Transparência;
- Sigilo e confidencialidade nos negócios.



MENSAGEM DO PRESIDENTE



**Ivo Campos
Athayde**
Presidente

Uma crise diferente de todas as que já havíamos vivenciado se apresentou, exigindo de nós uma mudança rápida em nossa forma de nos relacionar uns com os outros. Diante de todas as incertezas impostas pela pandemia, recorremos à nossa missão de “proporcionar soluções financeiras com o objetivo de satisfazer às expectativas e necessidades econômicas e sociais dos cooperados”, e seguimos em frente.

Engajados e caminhando lado a lado com cada um vocês, cooperados, precisamos nos manter relevantes para ajudá-los, também, a atravessar este cenário de instabilidades. Por isso, mantivemos redução em nossas taxas de juros para operações de crédito. O acesso ao APP Sicoob foi, também, um avanço em praticidade e comodidade para acompanhar as transações financeiras. E continuamos em busca da ampliação de nossas ofertas para melhor

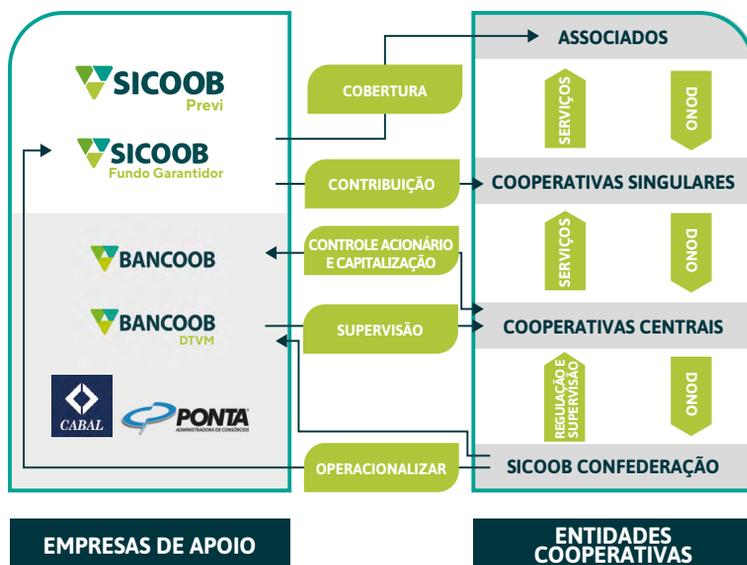
atendê-los. É importante enfatizar, ainda, que tivemos, em 2020, o melhor resultado financeiro (sobras) da história do Sicoob Credjus. Aproveito para registrar meus agradecimentos aos cooperados, delegados, colaboradores e conselheiros, pela dedicação, apoio e confiança ao longo de nossa trajetória.

Agora, mais do que nunca, precisamos nos manter firmes e confiantes no poder que temos juntos, nos valores do cooperativismo, do companheirismo, da inovação e da esperança. A pandemia, certamente, nos deixou marcas eternas, despertando em nós um novo olhar para a vida. Acredito poder afirmar que todos fomos impactados de alguma forma, e às famílias das centenas de milhares de vítimas da Covid-19 no Brasil, presto minha total solidariedade.

Saudações cooperativistas,

Ivo Campos Athayde

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



A cooperativa é associada/filiada ao:



AUTORIZADA E SUPERVISIONADA PELO:





FGCOOP

Fundo Garantidor do
Cooperativismo de Crédito



O que é o FGCoop?

- ▶ Um **fundo garantidor único** para todas as cooperativas de crédito do país.
- ▶ Mais **segurança** para os associados - depositantes e investidores - o FGCoop atuará na proteção dos depósitos nas cooperativas singulares e nos bancos cooperativos.
- ▶ Mais **segurança, credibilidade e competitividade** - É o que ganha o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) com a criação do FGCoop.
- ▶ **Diferencial** - além de terem a mesma garantia de depósitos dos bancos comerciais, os associados contam com um atendimento personalizado - pautado pelos princípios e valores do cooperativismo.

▶ R\$250 MIL

é o valor garantido pela FGCoop por depositante - tanto pessoa física quanto jurídica.

- ▶ Essa recuperação pode ocorrer em caso de intervenção ou liquidação judicial.



PRODUTOS E SERVIÇOS



LINHAS DE CRÉDITO

O **SICOOB CREDJUS** oferece linhas de crédito adequadas ao seu perfil e à sua necessidade, para que possa realizar seus sonhos, ou para aqueles momentos emergenciais.

Conheça as modalidades de empréstimos:

ANTECIPAÇÃO DE URV

Através de convênio com o Tribunal de Justiça financiamos, aos servidores ativos e inativos do TJMG, a antecipação de URV's.

Trata-se de adiantamento de quantias que lhe são devidas e somente seriam percebidas em parcelas futuras.

PESSOAL

Não possui destinação específica.

EXTRAORDINÁRIO

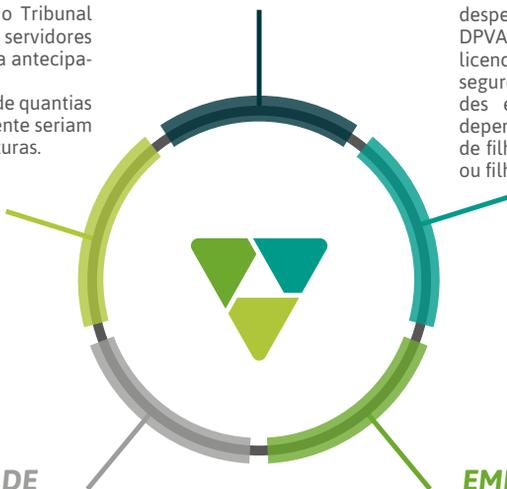
Sua finalidade é o pagamento de despesas, como: IPTU; IPVA; DPVAT; taxa de renovação de licenciamento anual de veículo; seguro de automóvel; mensalidades escolares do titular e/ou dependentes legais; nascimento de filho; falecimento de cônjuge, ou filhos.

FINANCIAMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS CONVENIADOS

Tem como finalidade financiar os serviços e a aquisição de produtos e bens duráveis dos cooperados, junto aos nossos conveniados.

EMERGENCIAL

Essa modalidade é concedida de forma mais rápida, para atender as necessidades de urgência e emergência.



OBS: O número de parcelas e o valor do empréstimo estão condicionados à margem consignável, informada pelo Tribunal de Justiça.

PORTABILIDADE DE CRÉDITO CONSIGNADO PARA QUEM BUSCA MELHORES TAXAS E PARCELAS QUE CABEM NO SEU BOLSO.

Traga seu empréstimo consignado de outros bancos para o **Sicoob Credjus** e reduza o valor da sua parcela. Você ainda conta com a possibilidade de troco após a finalização do processo.

Vantagens:

- Condições de pagamento que se encaixam no seu orçamento;
- Após a finalização do processo de portabilidade, mediante margem disponível, é possível refinanciar o contrato e receber troco para utilizar como quiser;
- Para empréstimos trazidos de outros bancos não há incidência de IOF.

Venha para o **Sicoob Credjus** e simplifique sua gestão financeira!



(31) 3295-0461

(31) 98792-1332

sicoobcredjus.com.br



INVESTIMENTOS

Invista seus recursos no **Sicoob Credjus** e garanta excelente rentabilidade e total segurança!

RDC - PÓS CDI

Com o intuito de estimular o hábito de poupança dos cooperados, o Sicoob Credjus oferece o RDC - PÓS CDI modalidade com taxas de remuneração vinculadas às oscilações da economia do país.

APLIC-COOP

Aplicação financeira mensal programada, com desconto direto na folha de pagamento.

VANTAGENS



RENTABILIDADE: Superior à praticada no mercado financeiro;



SEGURANÇA: O Sicoob Credjus é uma Instituição financeira sólida, regulamentada pelo Banco Central do Brasil e ainda participa do FGCOOP, que garante até o valor de R\$250 mil reais por CPF;



COMODIDADE: A aplicação é debitada diretamente em folha de pagamento;



FLEXIBILIDADE: Após 30 dias, há possibilidade de resgate parcial, ou total, antecipado ao prazo estabelecido, sem perda do rendimento;



DIFERENCIAL: O investimento está sendo feito na sua cooperativa, você é um dos donos;



OPORTUNIDADE: Maior participação nas sobras “lucros”, anualmente distribuídos, de acordo com a decisão da Assembleia Geral Ordinária.

KIT MATERNIDADE

O **Kit Maternidade** é oferecido ao recém nascido do cooperado. Saiba mais acessando o nosso site: www.sicoobcredjus.com.br

VANTAGENS E DIFERENCIAIS EXCLUSIVOS

O cooperado é dono e usuário da cooperativa;

- Tranquilidade em saber que é uma instituição criada e administrada pelos próprios servidores;
- Qualidade no atendimento;
- Participação nos resultados (sobras);
- Aumento indireto de seu poder aquisitivo;
- Operações de empréstimo com as menores taxas do mercado;
- Não cobramos taxas de abertura de crédito, ou cadastro;
- Maior rentabilidade nas aplicações financeiras;
- Acesso ao plano de saúde, seguros e diversos convênios.





Os resultados (sobras) retornam aos cooperados proporcionalmente às **SUAS OPERAÇÕES**.



Os dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao **NÚMERO DE AÇÕES**.



Cooperados do SICOOB CREDJUS têm vantagens exclusivas para contratar planos Unimed-BH

O Sicoob Credjus segue oferecendo sempre o que há de melhor aos seus cooperados. Por isso, os titulares e seus dependentes têm vantagens exclusivas com a Unimed-BH.

Se você ainda não tem um plano Unimed, faça já a sua adesão e a de seus dependentes. Se você já possui, consulte nossas condições de transferência.

Confira os principais benefícios e diferenciais do plano UNIPART FLEX ESTADUAL:

- Cobertura ambulatorial, hospitalar e obstétrica, conforme o rol da ANS;
- Acomodação em enfermaria, ou apartamento;
- Abrangência estadual;
- Atendimento nacional em casos de urgência e emergência;
- Acesso à Rede Própria e à Rede Ampla da Unimed-BH, com mais de 5.700 médicos cooperados e a maior e melhor rede credenciada.





DIA DE COOPERAR

Dia C demonstra a força do cooperativismo



DOAÇÕES ENTREGUES EM 2020

Família Sicoob Credjus, em 2019, celebrando o Dia C

Cientes das dificuldades vivenciadas pelo **Lar Maria Clara** - instituição onde realizamos o **Dia C 2019** - em função da pandemia do novo coronavírus, resolvemos nos unir para atendê-los, mais uma vez. Minimizar o impacto da redução em arrecadações de donativos foi o objetivo do Dia C 2020, realizado pelo Sicoob Credjus.

A partir da identificação dos itens de necessidade emergencial da instituição, mobilizamos os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores e amigos. Dia 18 de julho, realizamos a entrega simbólica dos itens, respeitando os protocolos de segurança e saúde, em prevenção à Covid-19.

“Seguiremos unidos com esse propósito, contando com o envolvimento cada vez mais expressivo de nossos cooperados”, reforçou o presidente do Sicoob Credjus, Ivo Campos Athayde. O Sicoob Credjus abraça o Dia de Cooperar e se orgulha em realizar ações com foco em transformar realidades.



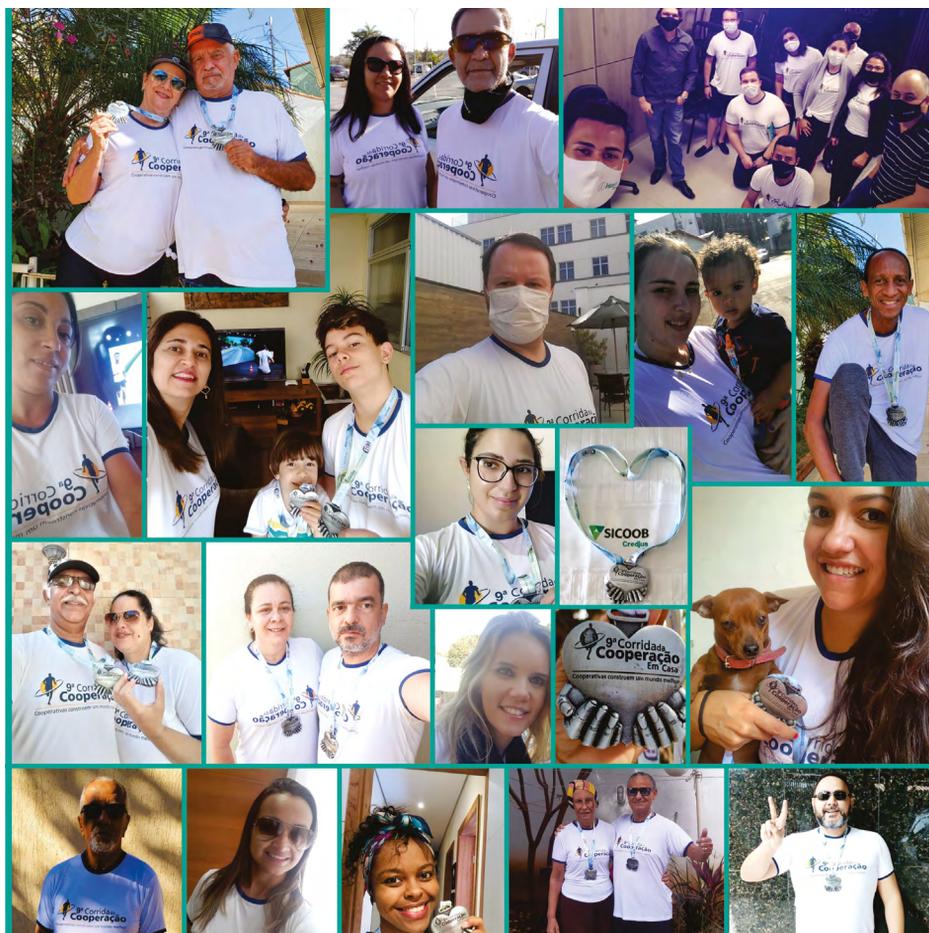
CORRIDA DA COOPERARAÇÃO

Sicoob Credjus participa da Corrida da Cooperação

Em novo formato, mas com o entusiasmo e a animação de sempre, a equipe do Sicoob Credjus marcou presença na 9ª Corrida da Cooperação. Diante da pandemia do novo coronavírus, em 2020, não foi possível reunir a turma para participar. Mas, com segurança e respeitando todos os cuidados e orientações dos órgãos de saúde, todos vestiram a

camisa e acompanharam a nona edição do evento, que foi transmitida, virtualmente, no canal do Sistema Ocemg no youtube.

O valor arrecadado com as inscrições, foi revertido em doações de alimentos para instituições sociais beneficiadas pelo Sistema Ocemg no Dia de Cooperar.





FAZER O BEM FAZ BEM

Cooperativas se unem para fazer o bem



Uma iniciativa do Sicoob Coopjus fez reacender a esperança em duas entidades beneficentes. A Gincana Cooperativista “Fazer o bem faz bem!” envolveu o Sicoob Coopjus e o Sicoob Credjus, ambas cooperativas sediadas em Belo Horizonte, em uma campanha de arrecadação de recursos em prol do Projeto Assistencial Novo Céu – que acolhe crianças, adolescentes e adultos com paralisia cerebral e em situação de vulnerabilidade social – e do Lar Maria Clara – instituição que acolhe 60 idosos afastados do convívio familiar. Cada cooperativa realizou sua campanha mobilizando seus cooperados, colaboradores e a comunidade a realizarem doações às referidas entidades,

respectivamente. Ao todo, 77 pessoas participaram da Gincana.

“O ato de doar contribui significativamente para a transformação da sociedade, das instituições e, principalmente, das pessoas. Especialmente neste atual cenário de pandemia, fazer algo para apoiar e ajudar quem precisa faz toda a diferença”, manifestou a diretora geral do Sicoob Coopjus, Regina Dinelli.

O Sicoob Credjus teve maior pontuação na Gincana e, consequentemente, o Lar Maria Clara foi contemplado com um prêmio adicional de R\$ 1.000,00, disponibilizado pelo Sicoob Coopjus.

“Além de promover a intercooperação, a iniciativa fez com que colocássemos em prática o interesse pela comunidade, princípio cooperativista que mais caracteriza o nosso segmento”, declarou o presidente do Sicoob Credjus, Ivo Campos Athayde.

A Gincana Cooperativista ainda contou com uma Prova de Solidariedade, por meio da arrecadação de brinquedos, que foram doados ao Projeto Amor que Cura, instituição que atende crianças em tratamento oncológico.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CREDJUS, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 o SICOOB CREDJUS completou 18 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o **SICOOB CREDJUS** obteve um resultado antes das destinações de R\$ 4.841.574,57 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 13,82%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 35.781.183,97 Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 31.370.592,25.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial

R\$ 31.370.592,25 100%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 10,04% da carteira, no montante de R\$ 3.151.989,86.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 33.464.021,54, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 8,69%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista

R\$ 20.862,47 0,06%

Depósitos a Prazo

R\$ 33.443.159,07 99,94%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 40,27% da captação, no montante de R\$ 13.467.614,01

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do **SICOOB CREDJUS** era de R\$ 33.811.422,52. O quadro de associados era composto por 5.225 cooperados, havendo um decréscimo de 2,43% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singu-



lar de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDJUS adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Coopera-

tiva adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2023, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal deverão participar de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais

e as formas de exercê-las. Os novos conselheiros que foram eleitos na AGO de 25/07/2020 – para o Triênio 2020/2023 estão cientes que deverão participar do curso tão logo o mesmo seja disponibilizado.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do **SICOOB CREDJUS** aderiram, em 2013, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria do **SICOOB CREDJUS** registrou 05 (cinco) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principal-

mente a Operações de Crédito (Portabilidade), Distribuição de Sobras e Rateio de Perdas e Quota-Parte e Aplicações Investimentos e Custódia de valores.

Das 05 (cinco) reclamações, 04 (quatro) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente, e 01 (uma) foi julgada improcedente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os



depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida

pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte/MG, 26 de março de 2021.

Ivo Campos Athayde
Diretor Presidente

Lúcio de Moura Chaves
Diretor Administrativo

Marco Antônio Mattar da Silva
Diretor Financeiro

Elói Fabrício Neiva
Conselheiro Vogal

Israel Tomaz Ferreira
Conselheiro Vogal

Jorge Henrique Rego de Araújo
Conselheiro Vogal

Walter Roberto Costa Lima
Conselheiro Vogal

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)

ATIVO	NOTAS	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		42.121.012,96	32.296.407,14
Caixa E Equivalente De Caixa	4	35.820.913,57	22.609.667,68
Disponibilidades		39.729,60	72.600,20
Centralização Financeira		35.781.183,97	22.537.067,48
Operações De Crédito	5	6.059.490,07	7.805.291,29
Operações De Crédito		6.364.478,55	8.519.750,22
(-) Provisão Para Operações De Empréstimos E Direitos Creditórios		(304.988,48)	(714.458,93)
Outros Créditos	6	240.002,69	1.880.793,11
Rendas A Receber		116.123,66	105.613,20
Diversos		121.489,34	1.775.179,91
Ativos Fiscais Correntes E Diferidos		2.389,69	-
Outros Valores E Bens	7	606,63	655,06
Despesas Antecipadas		606,63	655,06
Não Circulante		29.785.732,19	31.313.933,64
Realizável A Longo Prazo		25.006.113,70	26.775.869,62
Operações De Crédito	5	25.006.113,70	26.775.869,62
Operações De Crédito		25.006.113,70	26.775.869,62
Permanente		4.779.618,49	4.538.064,02
Investimentos	8	2.124.415,20	1.740.951,43
Investimentos		2.124.415,20	1.740.951,43
Imobilizado	9	2.618.064,80	2.790.838,07
Imobilizado Em Uso		3.289.252,84	3.301.871,79
(-) Depreciações Acumuladas Do Imobilizado		(671.188,04)	(511.033,72)
Intangível		37.138,49	6.274,52
Intangível		56.926,52	25.170,52
(-) Amortizações Acumuladas Do Intangível		(19.788,03)	(18.896,00)
TOTAL DO ATIVO		71.906.745,15	63.610.340,78

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
Circulante	NOTAS	36.863.236,00	34.219.438,64
Depósitos	10	33.464.021,54	30.768.277,00
Depósitos à Vista		20.862,47	-
Depósitos a Prazo		33.443.159,07	30.768.277,00
Outras Obrigações	11	3.399.214,46	3.451.161,64
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		4,11	7.156,40
Sociais e Estatutárias		2.873.689,99	2.961.061,28
Fiscais e Previdenciárias		75.708,69	76.474,18
Diversas		449.811,67	406.469,78
Patrimônio Líquido		35.043.509,15	29.390.902,14
Capital Social	13	23.652.826,43	20.064.354,24
De Domiciliados no País		23.652.826,43	20.064.354,24
Reserva de Sobras		9.427.776,19	7.682.970,38
Sobras/Perdas Acumuladas		1.962.906,53	1.643.577,52
TOTAL		71.906.745,15	63.610.340,78

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)

DSP	NOTAS	2º SEM. 2020	2º SEM. 2019	31/12/2020	31/12/2019
Ingressos/Receitas da Intermediação Financeira		3.669.238,21	4.384.095,02	7.696.752,61	8.751.745,13
Operações De Crédito	16	3.357.547,95	3.807.821,31	6.956.349,29	7.665.866,62
Ingressos De Depósitos Intercooperativos		311.690,26	576.273,71	740.403,32	1.085.878,51
Dispêndios/Despesas Da Intermediação Financeira	17	145.350,55	(870.009,99)	(480.890,57)	(1.852.769,29)
Operações De Captação No Mercado	10.b	(338.671,47)	(865.409,49)	(895.890,12)	(1.742.473,10)
Provisão Para Créditos De Liquidação Duvidosa		484.022,02	(4.600,50)	414.999,55	(110.296,19)
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira		3.814.588,76	3.514.085,03	7.215.862,04	6.898.975,84
Outras Receitas/Despesas (Ingressos/Dispêndios) Operacionais		(1.168.019,61)	(1.230.608,98)	(2.291.420,83)	(2.342.446,00)
Ingressos/Receitas De Prestação De Serviços		150.510,68	137.742,69	291.833,31	254.636,88
Dispêndios/Despesas De Pessoal	18	(923.312,97)	(922.848,02)	(1.805.361,39)	(1.775.976,94)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	19	(384.228,05)	(422.334,10)	(806.263,10)	(855.450,68)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(28.511,42)	(18.077,89)	(56.661,73)	(33.985,72)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	20	73.363,84	10.732,24	141.544,45	99.978,22
Outras Dispêndios/Despesas Operacionais	21	(54.420,34)	(15.823,90)	(54.420,34)	(31.647,76)
Perdas Por Redução Ao Valor Recuperável De Ativos De Uso		(1.421,35)	-	(2.092,03)	-
Resultado Operacional		2.646.569,15	2.283.476,05	4.924.441,21	4.556.529,84
Outras Receitas E Despesas	22	(244,50)	69,53	1.837,05	69,53
Lucros Em Transações Com Valores E Bens		-	69,53	-	69,53
Prejuízos Em Transações Com Valores E Bens		(601,72)	-	(601,72)	-
Outras Receitas		530,00	-	2.611,55	-
Outras Despesas		(172,78)	-	(172,78)	-
Resultado Antes Da Tributação E Participação		2.646.324,65	2.283.545,58	4.926.278,26	4.556.599,37

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

DSP	NOTAS	2º SEM. 2020	2º SEM. 2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto De Renda E Contribuição Social		(25.958,42)	(23.648,74)	(50.722,16)	(44.298,38)
Imposto De Renda Sobre Atos Não Cooperados		(12.979,21)	(11.824,37)	(25.361,08)	(22.149,19)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(12.979,21)	(11.824,37)	(25.361,08)	(22.149,19)
Participações Nos Resultados De Empregados		(33.981,53)	(33.842,26)	(33.981,53)	(33.842,26)
Sobras/Perdas Antes Das Destinações		2.586.384,70	2.226.054,58	4.841.574,57	4.478.458,73
Destinações Legais E Estatutárias		-	-	(2.520.801,62)	(2.112.564,46)
Fates - Fundo De Assi. Técnica, Edu. E Soc.				(775.995,81)	(651.606,66)
Fundo De Reserva				(1.744.805,81)	(1.460.957,80)
Resultado Antes Dos Juros Ao Capital		2.586.384,70	2.226.054,58	2.320.772,95	2.365.894,27
Juros Ao Capital		(43.454,21)	(224.114,53)	(357.866,42)	(722.316,75)
Sobras/Perdas Após As Destinações Legais E Estatutárias		2.542.930,49	2.001.940,05	1.962.906,53	1.643.577,52

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Fundo de Reserva		
Saldo Em 31/12/2018	17.254.055,13	6.222.012,58	1.394.666,99	24.870.734,70
Destinações De Sobras Exercício Anterior:				-
Ao Capital	1.394.666,99		(1.394.666,99)	-
Movimentação De Capital:				-
Por Subscrição/Realização	2.482.618,95			2.482.618,95
Por Devolução (-)	(1.934.352,07)			(1.934.352,07)
Sobras Ou Perdas Líquidas			4.478.458,73	4.478.458,73

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Fundo de Reserva		
Remuneração De Juros Ao Capital:				-
Provisão De Juros Ao Capital			(722.316,75)	(722.316,75)
Subscrição De Juros Ao Capital	867.574,18			867.574,18
Irrf Sobre Juros Ao Capital	(208,94)			(208,94)
Fates - Atos Não Cooperativos			(103.747,49)	(103.747,49)
Destinação Das Sobras Aos Fundos:				-
Fundo De Reserva		1.460.957,80	(1.460.957,80)	-
F A T E S			(547.859,17)	(547.859,17)
Saldo Em 31/12/2019	20.064.354,24	7.682.970,38	1.643.577,52	29.390.902,14
Outros Ajustes	873.824,48			873.824,48
Destinações De Sobras Exercício Anterior:				-
Ao Capital	1.643.577,52		(1.643.577,52)	-
Movimentação De Capital:				-
Por Subscrição/Realização	2.153.270,23			2.153.270,23
Por Devolução (-)	(2.155.931,09)			(2.155.931,09)
Estorno De Capital	(30,00)			(30,00)
Sobras Ou Perdas Líquidas			4.841.574,57	4.841.574,57
Remuneração De Juros Ao Capital:				-
Provisão De Juros Ao Capital			(357.866,42)	(357.866,42)
Subscrição De Juros Ao Capital	1.073.789,81			1.073.789,81
Irrf Sobre Juros Ao Capital	(28,76)			(28,76)
Fates - Atos Não Cooperativos			(121.693,63)	(121.693,63)
Destinação Das Sobras Aos Fundos:				-
Fundo De Reserva		1.744.805,81	(1.744.805,81)	-
F A T E S			(654.302,18)	(654.302,18)
Saldo Em 31/12/2020	23.652.826,43	9.427.776,19	1.962.906,53	35.043.509,15

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Fundo de Reserva		
Saldo Em 30/06/2019	17.998.791,69	6.222.012,58	3.148.868,92	27.369.673,19
Destinações De Sobras Exercício Anterior:				-
Ao Capital	1.394.666,99		(1.394.666,99)	-
Movimentação De Capital:				-
Por Subscrição/Realização	1.471.777,84			1.471.777,84
Por Devolução (-)	(1.668.247,52)			(1.668.247,52)
Sobras Ou Perdas Líquidas			2.226.054,58	2.226.054,58
Remuneração De Juros Ao Capital:				-
Provisão De Juros Ao Capital			(224.114,53)	(224.114,53)
Subscrição De Juros Ao Capital	867.574,18			867.574,18
Irrf Sobre Juros Ao Capital	(208,94)			(208,94)
Fates - Atos Não Cooperativos			(103.747,49)	(103.747,49)
Destinação Das Sobras Aos Fundos:				-
Fundo De Reserva		1.460.957,80	(1.460.957,80)	-
F A T E S			(547.859,17)	(547.859,17)
Saldo Em 31/12/2019	20.064.354,24	7.682.970,38	1.643.577,52	29.390.902,14

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Fundo de Reserva		
Saldo Em 30/06/2020	20.959.852,74	7.682.970,38	3.584.355,18	32.227.178,30
Outros Ajustes	873.824,48			873.824,48
Destinações De Sobras Exercício Anterior:				-
Ao Capital	1.643.577,52		(1.643.577,52)	-
Movimentação De Capital:				-
Por Subscrição/Realização	1.076.514,01			1.076.514,01
Por Devolução (-)	(1.974.673,37)			(1.974.673,37)
Estorno De Capital	(30,00)			(30,00)
Sobras Ou Perdas Líquidas			2.586.384,70	2.586.384,70
Remuneração De Juros Ao Capital:				-
Provisão De Juros Ao Capital			(43.454,21)	(43.454,21)
Subscrição De Juros Ao Capital	1.073.789,81			1.073.789,81
Irrf Sobre Juros Ao Capital	(28,76)			(28,76)
Fates - Atos Não Cooperativos			(121.693,63)	(121.693,63)
Destinação Das Sobras Aos Fundos:				-
Fundo De Reserva		1.744.805,81	(1.744.805,81)	-
F A T E S			(654.302,18)	(654.302,18)
Saldo Em 31/12/2020	23.652.826,43	9.427.776,19	1.962.906,53	35.043.509,15

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2020	2º SEM. 2019	31/12/2020	31/12/2019
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas Líquidas Antes Das Destinações	2.586.384,70	2.226.054,58	4.841.574,57	4.478.458,73
Outros Ajustes	873.824,48	-	873.824,48	-
Provisão Para Operações De Crédito	(484.022,02)	4.600,50	(414.999,55)	110.296,19
Provisão De Juros Ao Capital	(43.454,21)	(224.114,53)	(357.866,42)	(722.316,75)
Perdas Por Redução Ao Valor Recuperável De Ativos De Uso	1.421,35	-	2.092,03	-
Depreciações E Amortizações	86.873,98	87.346,41	173.720,45	174.079,79
	3.021.028,28	2.093.886,96	5.118.345,56	4.040.517,96
Aumento (Redução) Em Ativos Operacionais				
Operações De Crédito	4.716.118,10	1.354.562,03	3.930.556,69	(1.644.746,06)
Outros Créditos	1.632.668,60	35.154,65	1.640.790,42	(88.559,76)
Outros Valores E Bens	56.514,18	37.905,26	48,43	31.607,02
Aumento (Redução) Em Passivos Operacionais				
Depósitos A Vista	20.862,47	-	20.862,47	-
Depósitos A Prazo	2.008.611,34	1.528.864,23	2.674.882,07	2.937.135,16
Outras Obrigações	(364.100,11)	73.785,24	(1.225,02)	598.762,51
Fates - Resultado De Atos Não Cooperativos	(121.693,63)	(103.747,49)	(121.693,63)	(103.747,49)
Fates Sobras Exercício	(654.302,18)	(547.859,17)	(654.302,18)	(547.859,17)
Irpj E Cslr Pagos	(25.958,42)	(23.648,74)	(50.722,16)	(44.298,38)
Caixa Líquido Aplicado / Originado Em Atividades Operacionais	10.289.748,63	4.448.902,97	12.557.542,65	5.178.811,79
Atividades De Investimentos				
Aquisição De Intangível	(31.534,65)	(6.706,74)	(30.863,97)	(6.706,74)
Aquisição De Imobilizado De Uso	(2.368,53)	(8.488,20)	(3.039,21)	(10.268,10)
Aquisição De Investimentos	(105.470,60)	(158.014,03)	(383.463,77)	(298.660,41)
Caixa Líquido Aplicado / Originado Em Investimentos	(139.373,78)	(173.208,97)	(417.366,95)	(315.635,25)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA
OS EXERCÍCIOS FIMOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2020	2º SEM. 2019	31/12/2020	31/12/2019
Atividades De Financiamentos				
Aumento Por Novos Aportes De Capital	1.076.514,01	1.471.777,84	2.153.270,23	2.482.618,95
Devolução De Capital À Cooperados	(1.974.673,37)	(1.668.247,52)	(2.155.931,09)	(1.934.352,07)
Estorno De Capital	(30,00)	-	(30,00)	-
Subscrição Do Juros Ao Capital Líquido De Irrf	1.073.761,05	867.365,24	1.073.761,05	867.365,24
Caixa Líquido Aplicado / Originado Em Investimentos	175.571,69	670.895,56	1.071.070,19	1.415.632,12
Aumento / Redução Líquida De Caixa E Equivalentes De Caixa	10.325.946,54	4.946.589,56	13.211.245,89	6.278.808,66
Modificações Em De Caixa E Equivalentes De Caixa Líquidas				
Caixa E Equivalentes De Caixa No Início Do Período	25.494.967,03	17.663.078,12	22.609.667,68	16.330.859,02
Caixa E Equivalentes De Caixa No Fim Do Período	35.820.913,57	22.609.667,68	35.820.913,57	22.609.667,68
Varição Líquida De Caixa E Equivalentes De Caixa	10.325.946,54	4.946.589,56	13.211.245,89	6.278.808,66

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA
OS EXERCÍCIOS FIMOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

DRA	2º SEM. 2020	2º SEM. 2019	31/12/2020	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	2.586.384,70	2.226.054,58	4.841.574,57	4.478.458,73
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Total Do Resultado Abrangente	2.586.384,70	2.226.054,58	4.841.574,57	4.478.458,73

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - **SICOOB CREDJUS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 14/02/2002, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais LTDA. – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDJUS está sediado à Rua Ouro Preto nº 161 – 4º andar – Bairro Barro Preto – Belo Horizonte – Minas Gerais e possui 02 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades:

1. PA FÓRUM – BARRO PRETO - Av. Augusto de Lima nº 1.548 – 1º

Andar – Sala AL 177 – Barro Preto – Belo Horizonte – Minas Gerais;

2. PA FÓRUM – RAJA – Av. Raja Gabália nº 1.753 – Térreo – Luxemburgo – Belo Horizonte – MG.

O **SICOOB CREDJUS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

O **SICOOB CREDJUS** passou por uma nova etapa em 07/2020 com a migração para o sistema operacional SISBR com grandes perspectivas para a cooperativa e seus cooperados.



2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo n° 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26/03/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n° 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obriga-

tórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A **Resolução CMN 4.817/20** entra em vigor em 1° de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. O Sicoob Credjus não implementou ações inerentes a renegociações de operações de crédito e prorrogações de parcelas em decorrência da pandemia da Covid-19, por se tratar de uma cooperativa segmentada, que tem como público exclusivo os servidores do TJMG, onde não ocorreu atraso nos repasses do órgão e tampouco escala nos recebimentos dos salários e/ou suspensão, até o presente momento.

O **SICOOB CREDJUS** junto a seus associados, colaboradores e a comunidade está fazendo a parte que lhes cabe para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão:

- Obrigatoriedade de uso de máscaras nas dependências da cooperativa;
- Aferição da temperatura na entrada;
- Questionário de autoavaliação diário para os colaboradores;
- Álcool em gel em todos os setores;
- Totem de álcool em gel (Pedal) na entrada da sede;
- Tapete sanitizante;
- Distanciamento dos colaboradores dentro da Sede;
- Alteração no horário de funcionamento;
- Concessão de férias a parte da equipe;
- Suspensão de reuniões e cursos presenciais na Sede ou fora dela;
- Home Office quando possível;
- Rodízio de funcionários através de escadas;
- Protetor facial;
- Protetor em acrílico para as mesas do setor de atendimento.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.



b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apre-

sentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMG E ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando

há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Provisões para passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.



q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	39.729,60	72.600,20
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	35.781.183,97	22.537.067,48
TOTAL	35.820.913,57	22.609.667,68

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em **31/12/2020 e 31/12/2019** foram respectivamente **R\$ 740.403,32 e R\$ 1.085.878,51**, com taxa média de 100 % do CDI nos respectivos períodos.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	6.364.478,55	25.006.113,70	31.370.592,25	35.295.619,84
(-) Provisões para Operações de Crédito	(304.988,48)	-	(304.988,48)	(714.458,93)
TOTAL	6.059.490,07	25.006.113,70	31.065.603,77	34.581.160,91

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo TD	Total em	Provisões	Total em	Provisões
				31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
AA	-	Normal	967.771,99	967.771,99			
A	0,5%	Normal	18.613.193,54	18.613.193,54	93.065,97	12.108.365,73	60.541,83
B	1%	Normal	6.143.720,82	6.143.720,82	61.437,21	2.085.026,84	20.850,27
B	1%	Vencidas	1.206.725,51	1.206.725,51	12.067,26	-	-
C	3%	Normal	3.689.452,35	3.689.452,35	110.683,57	21.038.242,41	631.147,28
C	3%	Vencidas	681.824,75	681.824,75	20.454,85	63.984,86	1.919,55
D	10%	Normal	57.231,46	57.231,46	5.723,15	-	-
D	10%	Vencidas	9.033,58	9.033,58	903,36	-	-
E	30%	Normal	-	-	-	-	-
E	30%	Vencidas	1.219,88	1.219,88	365,96		
F	50%	Normal	28,59	28,59	14,30	-	-
F	50%	Vencidas	-	-	-	-	-
G	70%	Normal	-	-	-	-	-
G	70%	Vencidas	389,78	389,78	272,85	-	-
Total Normal			29.472.590,04	29.472.590,04	271.281,69	35.231.634,98	712.539,38
Total Vencidos			1.898.002,21	1.898.002,21	33.706,79	63.984,86	1.919,55
Total Geral			31.370.592,25	31.370.592,25	304.988,48	35.295.619,84	714.458,93
Provisões			(304.988,48)	(304.988,48)		(714.458,93)	
Total Líquido			31.065.603,77	31.065.603,77		34.581.160,91	



c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	4.109.892,24	7.452.671,35	19.808.028,66	31.370.592,25
TOTAL	4.109.892,24	7.452.671,35	19.808.028,66	31.370.592,25

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2020	% da Carteira
Pessoa Física	31.370.592,25	31.370.592,25	100%
TOTAL	31.370.592,25	31.370.592,25	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	714.458,93	632.960,47
Constituições/reversões	-409.470,45	110.296,19
Transferência para prejuízo	-	-28.797,73
TOTAL	304.988,48	714.458,93

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	211.772,92	0,67%	202.044,87	0,57%
10 Maiores Devedores	1.731.697,43	5,52%	1.633.235,92	4,63%
50 Maiores Devedores	6.430.245,20	20,50%	6.094.790,44	17,27%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	108.840,07	80.042,34
Valor das operações transferidas no período	-	28.797,73
Valor das operações recuperadas no período	-	-
TOTAL	108.840,07	108.840,07

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Rendas a Receber	116.123,66	105.613,20
Serviços prestados a receber (a)	9.160,65	-
Outras rendas a receber (a)	47.611,89	19.126,11
Rendimentos Centralização Financeira - Central (b)	59.351,12	86.487,09
Diversos	121.489,34	1.775.179,91
Adiantamentos e antecipações salariais (c)	5.794,47	4.479,41
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (c)	1.807,41	2.976,90
Devedores diversos – país (d)	113.887,46	1.767.723,60
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos (e)	2.389,69	-
TOTAL	240.002,69	1.880.793,11

(a) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de portabilidade - RCO (R\$ 9.160,65) e rendas de comissão s/seguros a receber (R\$ 47.611,89);

(b) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB CENTRAL CECREMGE referente ao mês de dezembro/2020;

(c) Refere-se a adiantamento de salário e de férias a funcionários (R\$ 5.794,47) e saldo em caixa para pagamentos de pequenas despesas (R\$ 1.807,41);

(d) Refere-se a plano de saúde a receber (R\$ 113.887,46).

(e) Refere-se a impostos a compensar IOF (R\$ 2.389,69);



7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Antecipadas	606,63	655,06
TOTAL	606,63	655,06

Registram-se no grupo as despesas antecipadas, referentes a seguros contra incêndio da sede.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE**.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participações em Cooperativa Central de Crédito	2.124.415,20	1.740.951,43
TOTAL	2.124.415,20	1.740.951,43

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Taxa Depreciação
Edificações	2.726.506,81	2.726.506,81	4,00%
Instalações	-	13.317,85	-
Móveis e equipamentos de Uso	403.648,40	404.129,40	10,00%
Sistema de Comunicação	3.700,00	3.700,00	20,00%
Sistema de Processamento de Dados	102.115,28	100.935,38	20,00%
Sistema de Segurança	53.282,35	53.282,35	20,00%
Sistema de Transporte	-	-	-
(-) Total Depreciação Acumulada	(671.188,04)	(511.033,72)	-
TOTAL	2.618.064,80	2.790.838,07	-

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósito à Vista (a)	20.862,47	-
Depósito a Prazo	33.443.159,07	30.768.277,00
TOTAL	33.464.021,54	30.768.277,00

(a) O valor de R\$ 19.612,40 refere-se a aplicação financeira, como migramos para o sistema SISBR em 01/07/2020 algumas aplicações venciam em 31/12/2020, porém este dia não é considerado dia útil bancário e a reaplicação só ocorreu no primeiro dia útil subsequente. E o valor de R\$ 1.250,07 refere-se a depósito bloqueado judicialmente.

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	1.630.157,74	4,89%	1.561.725,35	5,08%
10 Maiores Depositantes	9.625.656,88	40,27%	9.505.302,08	30,89%
50 Maiores Depositantes	19.246.086,56	57,77%	18.399.927,59	59,80%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2º sem/19	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de Depósitos a Prazo	314.380,02	842.408,66	848.493,53	1.698.104,07
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	24.291,45	23.000,83	47.396,59	44.369,03
TOTAL	338.671,47	865.409,49	895.890,12	1.742.473,10



11. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4,11	7.156,40
Sociais e Estatutárias	2.873.689,99	2.961.061,28
Fiscais e Previdenciárias	75.708,69	76.474,18
Diversas	449.811,67	406.469,78
TOTAL	3.399.214,46	3.451.161,64

11.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado De Atos Com Associados (a)	1.486.211,30	926.747,13
Resultado De Atos Com Não Associados (a)	421.473,03	299.779,40
Cotas De Capital A Pagar (b)	932.024,13	978.375,74
Dividendos e Bonificações Pagar (c)	33.981,53	756.159,01
TOTAL	2.873.689,99	2.961.061,28

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 15% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular n° 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei n° 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

11.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	13.181,18	-	11.268,92	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	62.527,51	-	163,01	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	-	-	39.506,71	-
Outros	-	-	25.535,54	-
TOTAL	75.708,69	-	76.474,18	-

11.3 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores (a)	10.444,62	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	355.136,33	391.738,33
Cretores Diversos – País (c)	84.230,72	14.731,45
TOTAL	449.811,67	406.469,78

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com salários, férias e seus encargos, fornecedores diversos, honorários e seguro prestamista;

(b) Refere-se a resgate de aplicações a serem devolvidos ao espólio dos cooperados falecidos.

12. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CREDJUS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.



13. Patrimônio líquido

a) Capital Social:

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	23.652.826,43	20.064.354,24
Associados	5.225	5.355

b) Fundo de Reserva:

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas:

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **25/07/2020**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, no valor de R\$ 1.643.577,52.

d) Destinações estatutárias e legais;

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	4.483.708,15	3.756.141,98
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(121.693,63)	(103.747,49)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	4.362.014,52	3.652.394,49
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 40%	(1.744.805,81)	(1.460.957,79)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 15%	(654.402,28)	(547.859,17)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.962.906,53	1.643.577,52

14. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Receita de prestação de serviços	291.833,31	254.636,88
Despesas específicas de atos não cooperativos	(119.417,52)	(106.591,01)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	-	-
Resultado operacional	172.415,79	148.045,87
Receitas (despesas) não operacionais líquidas	(50.722,16)	(44.298,38)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		-
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	121.693,63	103.747,49

15. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2020**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de **R\$ 357.866,42** equivalente a 0,80% da variação da SELIC. Em **2019**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de **R\$ 722.316,75**, os valores foram creditados no mês de setembro do ano corrente.

16. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	2º sem/19	31/12/2020	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	40,29	-	40,29	-
Rendas de Empréstimos	3.357.507,66	3.807.821,31	6.956.309,00	7.665.866,62
TOTAL	3.357.547,95	3.807.821,31	6.956.349,29	7.665.866,62

17. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	2º sem/19	31/12/2020	31/12/2019
Despesas De Captação	(338.671,47)	(865.409,49)	(895.890,12)	(1.742.473,10)
Provisões para operações de crédito	484.022,02	(4.600,50)	414.999,55	(110.296,19)
TOTAL	145.350,55	(870.009,99)	(480.890,57)	(1.852.769,29)



18. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	2º sem/19	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(5.298,66)	(10.597,32)	(15.895,98)	(17.390,52)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(123.262,54)	(125.323,13)	(246.525,08)	(214.551,23)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(109.364,43)	(118.996,21)	(220.840,12)	(237.258,35)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(215.460,75)	(218.124,71)	(416.952,21)	(410.978,73)
Despesas de Pessoal - Proventos	(468.958,38)	(449.806,65)	(904.179,79)	(895.798,11)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(968,21)	-	(968,21)	
TOTAL	(923.312,97)	(922.848,02)	(1.805.361,39)	(1.775.976,94)

19. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	2º sem/19	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(8.422,46)	(10.334,11)	(17.869,51)	(21.283,59)
Despesas de Aluguéis	(892,11)	(824,28)	(1.729,59)	(1.622,16)
Despesas de Comunicações	(11.063,78)	(10.566,99)	(30.473,04)	(21.561,84)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(6.647,64)	(384,50)	(7.829,24)	(863,88)
Despesas de Material	(7.880,57)	(6.476,13)	(16.222,34)	(13.576,05)
Despesas de Processamento de Dados	(57.486,34)	(91.044,52)	(122.952,85)	(141.693,86)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	-	-	(179,49)	-
Despesas de Propaganda e Publicidade	(360,00)	-	(360,00)	-
Despesas de Publicações	-	-	-	-
Despesas de Seguros	(7.543,82)	(7.636,64)	(15.132,52)	(15.381,20)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(6.541,40)	(5.650,33)	(11.103,90)	(11.520,16)

Descrição	2º sem/20	2º sem/19	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de Serviços de Terceiros	(8.132,06)	(24.042,48)	(12.462,12)	(49.807,54)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	-	-	-	-
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(22.328,44)	-	(49.718,54)	-
Despesas de Transporte	(2.788,96)	(20.003,21)	(3.831,27)	(38.788,70)
Despesas de Viagem no País	-	-	-	-
Despesas de Amortização	-	(432,22)	-	(432,22)
Despesas de Depreciação	(86.873,98)	(86.914,19)	(173.720,45)	(173.647,57)
Outras Despesas Administrativas	(157.266,49)	(158.024,50)	(342.678,24)	(365.271,91)
TOTAL	(384.228,05)	(422.334,10)	(806.263,10)	(855.450,68)

20. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	2º sem/19	31/12/2020	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	73.363,84	10.732,24	61.379,17	851,67
Distribuição de sobras da central	-	-	80.165,28	99.126,55
TOTAL	73.363,84	10.732,24	141.544,45	99.978,22

21. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	2º sem/19	31/12/2020	31/12/2019
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-	-	-	-
Despesas de Provisões Passivas	-	-	-	-
Outras Despesas Operacionais	(33.875,11)	(15.823,90)	(33.875,11)	(31.647,76)
Descontos concedidos - operações de crédito	(20.545,23)	-	(20.545,23)	-
Cancelamento - tarifas pendentes	-	-	-	-
TOTAL	(54.420,34)	(15.823,90)	(54.420,34)	(31.647,76)



22. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	2º sem/19	31/12/2020	31/12/2019
Lucro em Transações com Valores de Bens	--	69,53	-	69,53
Ganhos de Capital	530,00	-	2.611,55	-
Outras Rendas não Operacionais	(601,72)	-	(601,72)	-
(-) Perdas de Capital	(172,78)	-	(172,78)	-
(-) Despesas de Provisões não Operacionais		-	-	-
Resultado Líquido	(244,50)	69,53	1.837,05	69,53

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	99.595,67	0,90%	(17.018,99)
Montante das Operações Passivas	685.704,46	2,05%	-

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	211.341,30	(20.376,51)	0,67%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	-	-	-
Depósitos a Prazo	2.552.156,91	7,96%	0,23%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	
Empréstimos	01 a 06 parcelas – 0,99% 07 a 12 parcelas – 1,09% 13 a 24 parcelas – 1,19% 25 a 96 parcelas – 1,29% Emergencial até 06 parcelas – 0,99% Extraordinário até 12 parcelas – 0,99%	01 a 06 parcelas – 0,99% 07 a 12 parcelas – 1,09% 13 a 24 parcelas – 1,19% 25 a 96 parcelas – 1,29% Emergencial até 06 parcelas – 0,99% Extraordinário até 12 parcelas – 0,99%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	100% CDI	100% CDI

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	0,67%
Aplicações Financeiras	2,05%

d) No exercício de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO	
EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	0,67%
Honorários - Conselho Fiscal	15.895,98
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	246.525,08
Encargos Sociais	52.484,21



e) O Capital Social apresentado pela Cooperativa referente às partes relacionadas foi:

31/12/2020	31/12/2019
214.160,84	206.610,12

24. Cooperativa Central

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda. – **SICOOB CREDJUS**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE** é uma sociedade cooperativista, que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDJUS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 4)	35.781.183,97	22.537.067,48
Ativo Permanente - Investimentos (nota 8)	2.124.415,20	1.740.951,43

25. Gerenciamento de Riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

25.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;



- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

25.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

25.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

25.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD). Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.606, de 19/10/2017, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2020.

Belo Horizonte/MG, 26 de março de 2021.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda. - **SICOOB CREDJUS**.

Marco Antônio Mattar da Silva
Diretor Financeiro

Márcia Cristina Neme Rosa
Contadora CRC MG 080762



RELATÓRIO DA AUDITORIA

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda. - **SICOOB CREDJUS**, Belo Horizonte/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda. - **SICOOB CREDJUS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDJUS em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na

seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demons-

trações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e



conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demons-

trações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte/MG, 31 de março de 2021.

Felipe Rodrigues Beiral

Contador CRC 90.766

CNAI 2994

PARECER DO CONSELHO FISCAL

DO SICOOB CREDJUS

Em cumprimento à disposição estatutária, nós membros do Conselho Fiscal do **SICOOB CREDJUS** – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda., por meio virtual, através de videoconferência em grupo (whatsApp) no 24 de Março de 2020, no uso de nossas atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2020 as demonstrações: de resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, o fluxo de caixa e demais documentos pertinentes às demonstrações contábeis acima referidas.

Os exames foram pautados e conduzidos em conformidade com as normas de contabilidade, com vista aos documentos e através de esclarecimentos prestados pela Contadora e pela Assistente Contábil do **SICOOB CREDJUS**, em reuniões realizadas mensalmente por este conselho no decorrer do ano de 2020.

Somos de opinião que os referidos documentos estão de acordo com a legislação e representa adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **SICOOB CREDJUS**, razão pela qual opinamos favoravelmente pela sua aprovação sem ressalvas, e emitimos o seguinte **PARECER DO CONSELHO FISCAL** – Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal do SICOOB CREDJUS, tendo examinado o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, somos de parecer que as mesmas demonstram com fidelidade a situação patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. – SICOOB CREDJUS**, assim sendo, somos de parecer que os mesmos devem ser aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 24 de Março de 2021.

JOSÉ NELSON MACEDO

Coordenador do Conselho Fiscal

CHARLES DOUGLAS DE MAGALHÃES

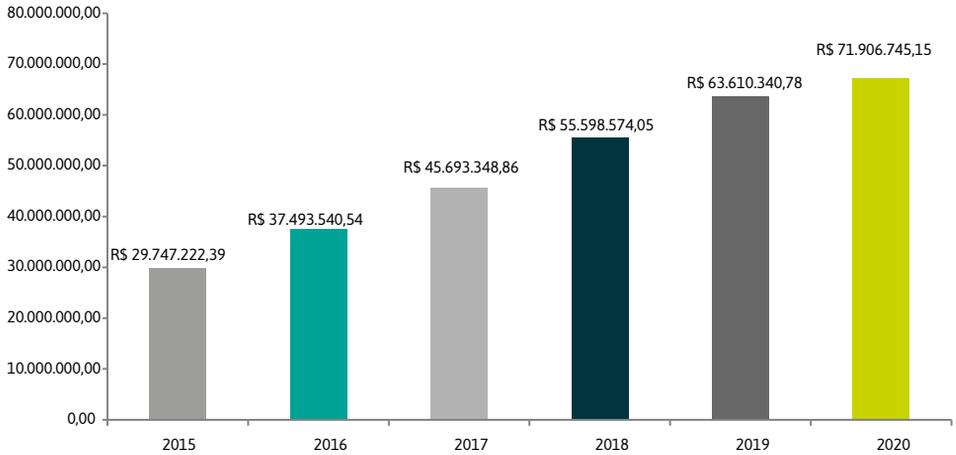
Conselheiro Fiscal

MARIA DE FÁTIMA MAGALHÃES ROCHA

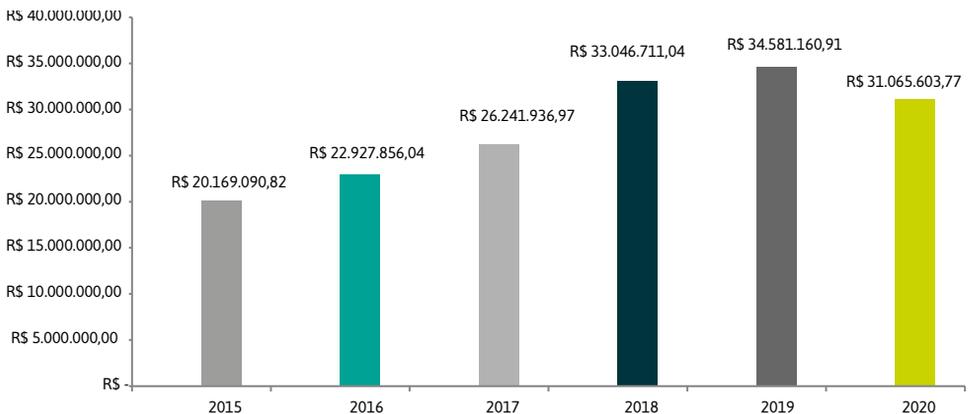
Conselheira Fiscal

GRÁFICOS

EVOLUÇÃO ATIVO

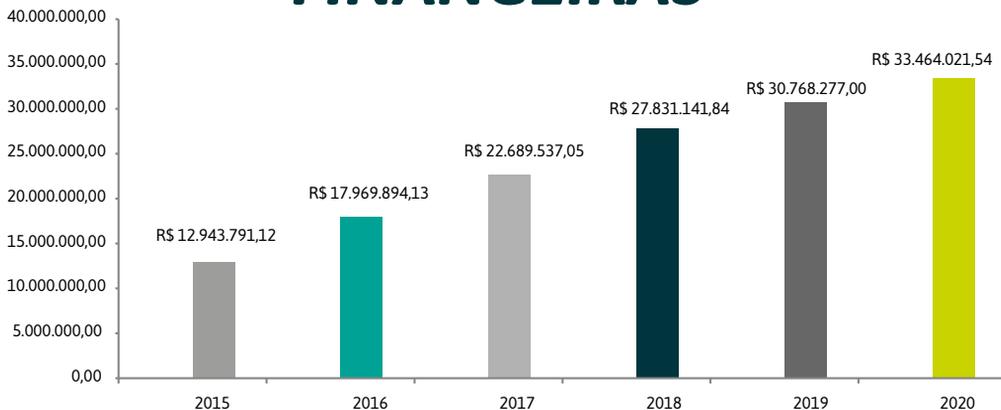


EVOLUÇÃO OPERAÇÕES DE CRÉDITO

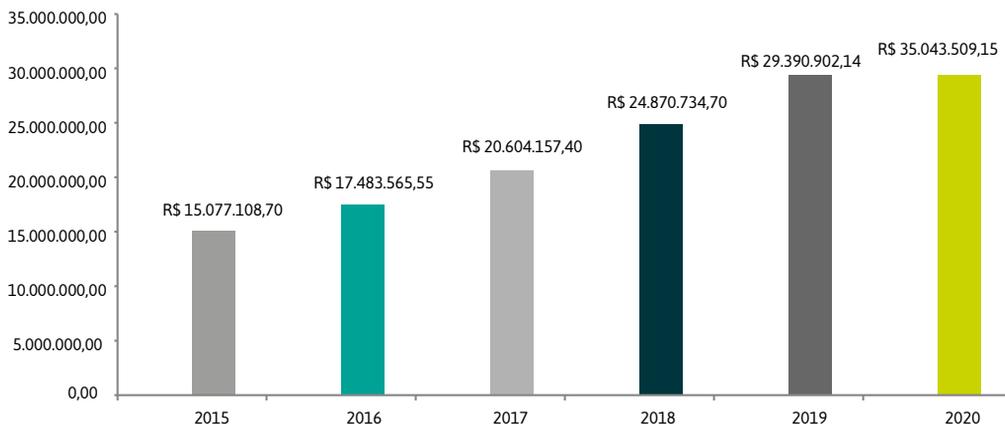




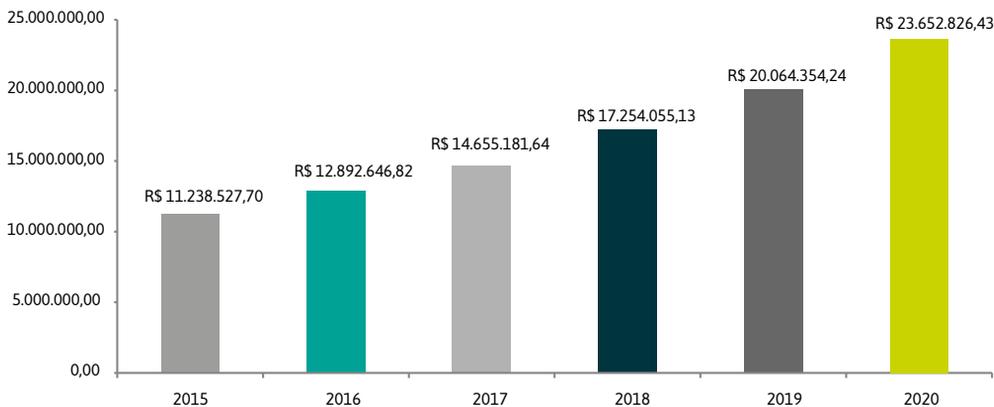
EVOLUÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS



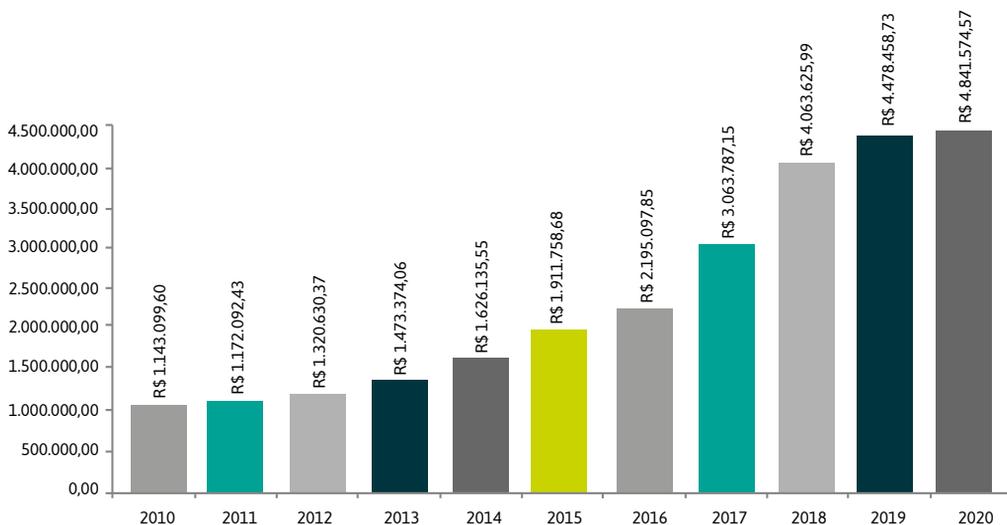
EVOLUÇÃO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



EVOLUÇÃO CAPITAL SOCIAL



EVOLUÇÃO DAS SOBRAS BRUTAS ANTES DO JCP E DAS DESTINAÇÕES





MGR - MONITORAMENTO E GESTÃO DE RISCOS

CLASSIFICAÇÃO	SIGLA	INÍCIO	FIM
Baixo risco longo prazo	BRLP	25	44
Baixo risco médio prazo	BRMP	45	59
Médio risco longo prazo	MRLP	60	69
Médio risco médio prazo	MRMP	70	79
Médio risco curto prazo	MRCP	80	89
Alto risco médio prazo	ARMP	90	109
Alto risco curto prazo	ARCP	110	150

MATRIZ DE RISCO

MÊS	SIGLA	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
12/2020	SICOOB CREDJUS	33	Baixo risco longo prazo
11/2020	SICOOB CREDJUS	33	Baixo risco longo prazo
10/2020	SICOOB CREDJUS	33	Baixo risco longo prazo
09/2020	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
08/2020	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
07/2020	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
06/2020	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
05/2020	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
04/2020	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
03/2020	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
02/2020	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
01/2020	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo

RELATÓRIO ANUAL 2020

 @sicoobcredjus

 sicoobcredjus.com.br

 (31) 3295-0461

 (31) 98792-1332